

VEREDICTO

Boletim informativo do Tribunal de Justiça de Santa Catarina



PODER JUDICIÁRIO
de Santa Catarina

16 de dezembro de 2015

Edição 174

Números consolidados demonstram disposição para conciliação em Santa Catarina

O coordenador do Sistema de Juizados Especiais e Programas Alternativos de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça, desembargador Jaime Ramos, e a subcoordenadora dos Programas Alternativos de Solução de Conflitos, juíza de 2º grau Cinthia Beatriz da Silva Bittencourt Schaefer, divulgaram o resultado final da Semana Nacional e Estadual da Conciliação em Santa Catarina, realizada de 23 a 27 de novembro.

Em Santa Catarina participaram 37 unidades judiciárias de 27 comarcas, com 2.445 acordos em 3.851 audiências realizadas, num percentual de 63,5% de

sucesso. A movimentação financeira nos acordos superou R\$ 6,7 milhões, em matérias nas áreas de família, violência contra a mulher, direito bancário, executivo fiscal e Juizados Especiais Cível e Criminal.



O Mutirão Extraprocessual – Recuperação de Crédito da Comarca da Capital aconteceu no Terminal Rodoviário Rita Maria, em parceria com a Associação Comercial e Industrial de Florianópolis – Acif, Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – Casan, Câmara de Dirigentes Lojistas de Florianópolis – CDL, Centrais Elétricas de Santa Catarina – Celsc, Procon e Prefeitura de Florianópolis. Nele, houve 848 acordos em 1.113 atendimentos, com índice de sucesso de 76% e movimentação financeira no valor de R\$ 2,8 milhões.

Assembleia aprova projeto do TJ que prevê a remuneração de juízes leigos em SC



O desembargador Jaime Ramos, coordenador estadual do Sistema de Juizados Especiais e Programas Alternativos de Solução de Conflitos, e a juíza de 2º grau Janice Goulart Garcia Ubialli, subcoordenadora dos Juizados Especiais, comemoraram nesta semana a aprovação unânime por parte da Assembleia Legislativa (Alesc) do projeto de lei que autoriza o Poder Judiciário a remunerar e indenizar os juízes leigos atuantes no sistema de Juizados Especiais de Santa Catarina.

A redação final teve aprovação dos 35

deputados presentes à 29ª sessão ordinária da Alesc, realizada na tarde da última quinta-feira (10). O projeto agora segue para a sanção do governador, Raimundo Colombo. A remuneração dos juízes leigos, já preconizada na Lei dos Juizados Especiais de 1995 e referendada mais recentemente pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), deverá tornar mais ágil a prestação dos serviços nos juizados ao atrair maior número de operadores do Direito interessados em atuar na função de auxiliar da Justiça. Santa Catarina foi um dos últimos Estados da Federação a adotar tal medida.

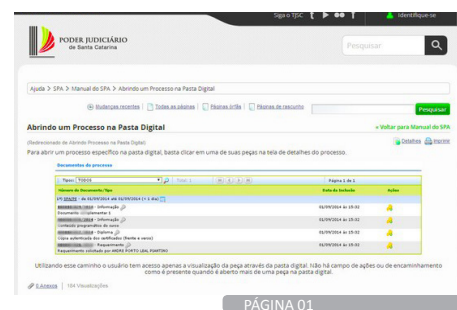
Autuações eletrônicas de processos administrativos já superam as físicas no TJ

Nos últimos dois meses, a quantidade de processos protocolados em meio eletrônico, no Sistema de Processos Administrativos (SPA), superou a quantidade de autuações em meio físico. A implantação do sistema é gradual e constante, e a Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI) acredita que os processos administrativos eletrônicos já integram o cotidiano do Judiciário de forma definitiva. Em 2015, as ações buscam alcançar a totalidade dos processos administrativos em meio eletrônico. Esse é o ponto prioritário no programa de gestão do desem-

bargador Nelson Schaefer Martins, com a normatização do sistema, capacitação de servidores e disponibilização de novas funcionalidades.

Em 2016, o uso do SPA chegará às comarcas. A DTI e a Academia Judicial (Cejur), oferecerão cursos a distância para capacitar novos usuários e repassar as novas funcionalidades aos que já usufruem da solução. O SPA foi cedido pelo TRE/PR e está em implantação pela DTI por meio da Seção de Integração com Sistemas Externos da Divisão de Gestão do Conhecimento e de grupo de trabalho

multidisciplinar com representantes da Presidência, CGJ, DGJ, DGA, Asplan, DDI, DRH, DEA, DMP e DOF.



Feliz Natal

VEREDICTO

16/12/2015



PODER JUDICIÁRIO
de Santa Catarina

Núcleo IV da CGJ conclui correições em 100% das serventias extrajudiciais do Estado

O Núcleo IV - Serventias Extrajudiciais da CGJ de SC concluiu a meta de realizar correições em todas as 584 serventias do Estado. Elas são responsáveis por mais de 25 milhões de atos notariais e de registro por ano. A meta da atual gestão previa a realização dos trabalhos nos dois últimos anos, e envolveu esforço concentrado da equipe do Núcleo IV, composta de 21 assessores correccionais. Foi a primeira vez que todas as serventias notariais e registrais do Estado foram visitadas, algumas há anos sem contato direto com o órgão regulador. Elas tiveram o auxílio da equipe para orientação quanto aos procedimentos típicos da atividade extrajudicial, objetivo principal dos trabalhos de correição realizados no período. Foi utilizado o Sistema Integrado de Correições Extrajudiciais, desenvolvido em parceria com a DTI, que aproxima da CGJ os responsáveis pelos cartórios mais distantes e contribui para padronizar procedimentos cartoriais em Santa Catarina.



Congregação de São Paulo agradece ao TJ por cessão de relíquia de Santa Catarina

Dirigentes da Congregação das Irmãs de Santa Catarina, responsável pela administração do Hospital Santa Catarina, em São Paulo-SP, enviaram correspondência ao Poder Judiciário de Santa Catarina com agradecimentos pela cessão temporária de relíquia de Santa Catarina de Alexandria. "Vivemos dias de profunda espiritualidade e intimidade com Deus, por intercessão de Santa Catarina de Alexandria", registrou a irmã Ruta Redighieri em sua missiva.

Ela conta ter ouvido relatos de graças alcançadas por pessoas que tiveram acesso e puderam tocar na relíquia. "Foi um bem inenarrável a vinda desta relíquia a todos aqueles que puderam ter contato com ela", finalizou, ao reiterar sua gratidão ao Judiciário catarinense. A relíquia, conduzida até a capital paulista pelo diácono Pedro Paulo, já retornou ao Estado e está guardada na Capela Ecumênica do TJ.



Fotos: TJSC, Comarca de Lages, e Fórum de Abelardo Luz.